

Reforma da Previdência é concluída. Tributária avança

■ É instituída contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público

■ Temas que o governo concordou em mudar são tratados na emenda paralela, em discussão no Plenário do Senado

■ Texto da tributária aprovado em primeiro turno garante ao governo, por 4 anos, recursos da CPMF e DRU

■ Emenda do senador Rodolpho Tourinho que corrigia a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física foi rejeitada

Páginas 3 a 6



Rosevelt Pinheiro

ATENÇÃO Senadores acompanham, em Plenário, o resultado da votação da reforma da Previdência, que recebeu 51 votos a favor e 24 contra

Regiões pobres receberão mais recursos do BNDES

O Plenário aprovou ontem projeto de lei do senador Jefferson Péres que destina às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste 35% dos financiamentos concedidos pelo BNDES.

Página 7



CCJ aprova adoção do orçamento impositivo

A proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Magalhães que institui o orçamento impositivo foi acolhida pela CCJ. Texto será agora examinado pelo Plenário.

Página 7

Alvaro comenta derrota de Requião no STF

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou ontem decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em desfavor do governador do Paraná, Roberto Requião. O tribunal acatou por unanimidade ação de inconstitucionalidade contra a lei estadual que proíbe a exportação de transgênicos pelo porto de Paranaguá.

– Mesmo assim, o governador afirma que continua proibida a exportação de soja transgênica pelo porto – assinalou o senador.

Para Alvaro, o governador paranaense está chegando próximo à irresponsabilidade ao manter essa proibição, “acumulando um passivo que vai estourar nos ombros da população”.

Raupp critica licenças ambientais



Raupp afirma que burocracia afeta grandes obras

De acordo com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a burocracia na concessão de licenças ambientais impede o crescimento.

A barreira, disse, prejudica obras de infra-estrutura,

como o gasoduto Urucu-Porto Velho, em Rondônia, paralisado em função da licença ambiental.

Para Raupp, é possível chegar a um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.

Maguito é contra criação do estado do Planalto

■ Senador acredita que o projeto, além do alto custo, tira a autonomia política da capital federal

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) declarou posição contrária ao projeto de criação do novo estado do Planalto Central.

A proposta, apresentada pelo então senador Francisco Escórcio, determina que a nova região seria formada por 22 municípios de Goiás, três de Minas Gerais, além de todas as cidades-satélites de Brasília.

Na opinião de Maguito, a capital se transformaria numa unidade administrativa, sem

autonomia política.

Além disso, comentou, os custos da criação do novo estado seriam bilionários, pois haveria necessidade de aparelhar a máquina administrativa, bem como construir prédios públicos para as novas prefeituras e câmaras de vereadores.

O senador sugeriu que a medida seja discutida entre os habitantes de Brasília, das cidades-satélites e, principalmente, da região do Entorno, que hoje forma uma espécie de região metropolitana informal de Brasília.

Maguito reconheceu os diversos problemas com educação, saúde e violência que a região do Entorno enfrenta, mas acredita que seria mais barato para a União injetar recursos a fim de sanar esses problemas

do que criar uma nova estrutura administrativa.

– Os problemas se devem principalmente ao enorme fluxo migratório que atrai contingentes de brasileiros para Brasília, em busca de melhores oportunidades de vida – salientou Maguito Vilela.

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que só deveria ser permitido o desmembramento de estados e municípios em novas unidades federativas se estas forem dotadas de viabilidade econômica própria.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) apontou o caso do estado do Tocantins e sua capital, Palmas. Na sua opinião, eles representam exemplos bem-sucedidos de desmembramento político.

Delcídio pede integração da América Latina

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) chamou atenção para o seminário A Faixa de Fronteira e o Desenvolvimento, realizado em Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul. Conforme depoimento de Delcídio, o evento foi rico em reflexões sobre "o antigo sonho de integração do continente latino-americano".

De acordo com o senador, as vantagens de uma integração nos campos econômico, político e estratégico seriam inegáveis para o Brasil, que possui uma fronteira terrestre com diversos países latino-americanos.

– Poderíamos garantir a segurança e a integridade geopolítica de nossas fronteiras comuns, hoje praticamente abandonadas, desprotegidas e sabidamente ameaçadas pelo crime organizado e por interesses internacionais altamente perigosos para a segurança de toda a região – comentou.

Delcídio lamentou que, apesar do imenso patrimônio econômico a explorar em conjunto, o intercâmbio entre o Brasil e esses países seja dos mais modestos. O desejável seria o estabelecimento de uma área de livre comércio nas regiões de fronteira, segundo o parlamentar. Do ponto de vista da soberania, disse, seria necessário investir recursos na construção de rodovias e ferrovias e na modernização de portos e sistemas de comunicação.



Para Delcídio, Brasil deve se ligar aos países vizinhos

Sarney recebe ministra Marina Silva

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela esteve no Congresso para pedir a aprovação, ainda este ano, do projeto de preservação da Mata Atlântica.

A ministra foi acompanhada pela relatora da matéria, senadora Roseana Sarney (PFL-MA), pelo líder do PT, senador Tião Viana (AC), e pela vice-líder do PT, Ideli Salvatti (SC).

– Vimos lembrar ao presidente Sarney o quanto é importante para a política ambiental do país a aprovação da matéria, que tramita há onze anos no Congresso Nacional e busca preservar o que restou da Mata Atlântica, destruída em 73% – disse Marina.



PRESERVAÇÃO Marina Silva pede que Sarney agilize a aprovação da proposta que garante proteção à Mata Atlântica

Quanto ao projeto de biossegurança, a ministra informou que o texto vai tramitar em regime de urgência, a partir do reinício das atividades do Congresso no próximo ano.

– Este projeto é o marco legal

mais adequado para a questão dos organismos geneticamente modificados, porque preserva os interesses da comunidade científica, dos consumidores e do setor produtivo – afirmou Marina Silva.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Continua discussão da PEC paralela

O Plenário realiza hoje, às 9h, a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da chamada PEC paralela (PLC nº 77/03), que altera pontos da reforma da Previdência, como os subtotos dos salários nos estados e municípios.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

REFORMAS O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que modifica o sistema tributário brasileiro. O texto obteve 64 votos favoráveis e apenas 4 contrários

Renan destaca contribuições do PMDB para melhorar proposição

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), reconheceu ontem a dificuldade de realização de uma reforma tributária no atual contexto nacional, pois entende que o sistema de impostos do país é injusto, por penalizar estados e regiões pobres, agravando as desigualdades regionais. Ainda assim, ele considera que o relator da reforma, senador Romero Jucá (PMDB-RR), conseguiu encontrar uma boa fórmula.

Renan destacou as contribuições do seu partido à reforma, que, na sua opinião, precisa ser feita para melhorar, na prática, a vida das pessoas. Entre as sugestões do PMDB, ele citou a proposta de redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços



OBJETIVO Mudanças buscam preservar interesses dos municípios, observa Renan

(ICMS) sobre os produtos que compõem a cesta básica. O senador destacou os esforços para preservar os interesses dos municípios na reforma tributária, por meio da participação na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e no Fundo de Desenvolvimento Regional.

PFL teme elevação de impostos

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), afirmou que apesar de avanços com os acordos partidários sobre a proposta que trata da reforma tributária, alguns



Partido ofereceu destaques, lembra Bornhausen

pontos ainda poderão gerar elevação da carga tributária. Por isso, anunciou, seu partido apresentou diversos destaques de votação em separado para tentar aprovar emendas que corrijam o texto.

Bornhausen aproveitou para parabenizar todos os senadores que tiveram papel de destaque nos entendimentos e, em particular, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e José Agripino (PFL-RN), que, segundo ele, contribuíram para melhorar a partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Momento é inoportuno, diz Jefferson

O PDT, apesar de não votar contra a reforma tributária, não está satisfeito com o texto final, por considerar que a proposta foi apresentada pelo governo em momento inadequado, observou ontem o líder do partido, Jefferson Péres (AM).

– Se o governo não tivesse cometido o erro da inoportunaidade de encaminhar as duas propostas, tributária e previdenciária, ao mesmo tempo, poderíamos ter uma reforma de melhor qualidade. O segundo erro foi o de apresentar a proposta no momento em que o país está em recessão e, nessa fase, é impossível pensar-se em redução de carga tributária, pois ela não surtiria os objetivos desejados de redução dos impostos – afirmou o senador.

Ao dizer que para o seu estado, o Amazonas, a reforma é neutra, pois foram prorrogadas por mais dez anos as condições específicas da Zona Franca de Manaus, Jefferson afirmou que o único avanço efetivo será a desoneração do setor de bens de capital.

Acordo permite aprovação da reforma tributária

O Senado aprovou, em primeiro turno, por 64 votos a favor e apenas 4 contrários, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74/03, que institui a reforma tributária. As mudanças deverão ser implantadas em três fases, sendo a última fase, chamada de “estruturante”, prevista para vigorar em 2007, com o fim do ICMS, do IPI e do ISS, que serão reunidos no Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, que simplificará todo o sistema tributário nacional.

A votação da reforma tributária foi possível pela insistência do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que argumentou longamente no Plenário, ao final da aprovação da reforma da Previdência, que havia um acordo envolvendo todos os partidos, razão para que a matéria fosse votada logo. Pelo texto aprovado, a União garante a CPMF por mais quatro anos (um projeto de lei complementar deve impor uma redução gradual da alíquota dos atuais 0,38% para



RAPIDEZ O relatório de Jucá (ao lado de Jefferson e Demostenes) foi aprovado ontem na CCJ, presidida por Lobão (E), e à noite no Plenário

até 0,08%) e a Desvinculação das Receitas da União também por mais quatro anos.

A reforma havia sido inteiramente votada pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No ano que vem, os estados já deverão receber as cotas do Fundo de Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 2,2 bilhões – sendo que 93% vão para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e os 7% restantes serão distribuídos com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por todas as regiões do país. Também serão repassados aos estados e municípios 25%

da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). A Cide passará a ser cobrada sobre petróleo e derivados que sejam importados.

O Fundo de Participação dos Municípios terá aumento de R\$ 1 bilhão em 2004 (passará de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 23,5 bilhões). A partir da promulgação da PEC, ficam proibidos novos incentivos fiscais, e uma lei complementar irá disciplinar o assunto no futuro. Ao longo de 2004, o Conselho de Política Fazendária (Confaz) estabelecerá para o ICMS cinco alíquotas nacionais, que deverão ser ratificadas pelo Senado.

Mercadante: PEC é fruto de pluralismo

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem, durante a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74/03, que a reforma tributária é um passo importante para o crescimento do Brasil. Ele salientou o caráter plural da reforma tributária, que foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário.

– Esta reforma é uma construção coletiva, foi feita por muitas mãos, de pessoas com diversas convicções ideológicas, e reflete o pluralismo da representação política – disse, destacando que a PEC combate a desigualdade social.

Proposta muda face do país, afirma Tasso

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a reforma tributária, aprovada ontem pelo Senado, vai mudar radicalmente, para melhor, a face do país do ponto de vista tributário, que a médio prazo é a melhor reforma que se poderia aprovar neste momento.

– Toda proposta de reforma tributária traz em si intensos conflitos, União contra estados, estados contra municípios, municípios contra indústrias, indústrias contra banqueiros, enfim, nenhum ponto convergente. Foi, portanto, a reforma possível e um grande avanço para o país – afirmou.

Sarney ressalta espírito público

O presidente do Senado, José Sarney, salientou ontem o clima de entendimento e espírito público dos parlamentares durante a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 74/03. Ele classificou a votação da PEC como “um momento histórico”.

– A soma de todos nós é menor do que o Senado, que, como instituição legislativa, vem servindo ao Brasil e demonstrando à população que o Poder Legislativo é capaz de harmonizar conflitos. A reforma tributária é de difícil engenharia política, mas está sendo feita com espírito público – disse.

Risco de perdas mobiliza bancada do Centro-Oeste

A senadora Serys Slhessa-arenko (PT-MT) anunciou as queixas da bancada do Centro-Oeste no Senado com o tratamento dispensado à região pela proposta de emenda que altera o sistema tributário (PEC nº 74). Segundo informou, pre-

juízos serão acarretados pelas medidas relativas à concessão de incentivos fiscais, à constituição dos fundos regionais e à aplicação da menor alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos produtos da cesta básica.

A exemplo de Serys, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o acordo formulado entre o governo e a bancada do Centro-Oeste não está contemplado no relatório de Romero Jucá (PMDB-RR). Lúcia Vânia (PSDB-GO), por sua

vez, afirmou que o Centro-Oeste não quer criar impasse, apenas reivindica tratamento justo e ser respeitado politicamente. E defendeu o teor da proposta da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, de unificação do ICMS a partir de 2005.

REFORMAS

Decisão final sobre novas regras para aposentadoria dos cerca de 8 milhões de servidores e inativos ocorre sete meses e 12 dias depois que o presidente Lula entregou pessoalmente a proposta ao Congresso



Roosevelt Pinheiro

EXAME Tião Viana foi o relator da proposta de emenda de iniciativa do governo

Inativo começa a pagar dentro de três meses

A contribuição previdenciária de todos os servidores aposentados e pensionistas, no mesmo percentual que é pago pelos funcionários da ativa (em geral 11%), começará a ser descontada dentro de três meses. A Constituição estabelece que contribuições devem obedecer a noventenas para que entrem em vigor.

A taxação dos inativos incidirá sobre os proventos que passem de R\$ 1.200 por mês, nos estados e municípios, e R\$ 1.440, no âmbito federal. Quem se tornar pensionista após a promulgação da reforma só terá descontada a contribuição sobre o excedente a R\$ 2.400. Isso porque a pensão já sofrerá um desconto de 30% sobre a parcela que ultrapassar esse valor.

Depois de uma corrida às aposentadorias, verificada desde que o governo enviou a reforma da Previdência, assessores do Congresso prevêem um período de poucas solicitações do benefício nos próximos anos. Primeiro, porque no geral os servidores terão de trabalhar mais até sete anos para ter direito ao benefício. Segundo, pela expectativa da aprovação da proposta de emenda paralela da Previdência, que prevê a volta da paridade (mesmos reajustes a ativos e inativos) para os novos aposentados.

Os servidores que já têm direito à aposentadoria proporcional também deverão ser desestimulados a passar à inatividade, pois eles deixarão de ganhar abono de permanência (11% sobre o salário), além de terem que pagar a contribuição se concretizarem o pedido. Essa pelo menos é a expectativa do governo.

O Senado aprovou ontem, em segundo e último turno, com 51 votos a favor e 24 contra, a proposta de reforma da Previdência Social, que muda os sistemas de aposentadorias de aproximadamente 8 milhões de servidores e inativos do serviço público dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da União. A emenda constitucional agora será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara, e entrará em vigor assim que for publicada no *Diário do Congresso*.

A aprovação final ocorre sete meses e 12 dias depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no Congresso para entregar pessoalmente os projetos das reformas da Previdên-



Genildo Angêlo

PLACAR Senadores da base governista e da oposição acompanham o resultado da votação, que registrou 51 votos a favor e 24 contra

cia e do sistema tributário. Até o final deste mês, a reforma tributária também deverá ser votada pelo Senado.

A última votação no Plenário

do Senado também contou com os votos dos partidos de oposição (PFL e PSDB), a exemplo do primeiro turno. Doze opositoristas apoiaram

a reforma e, sem esses votos, o governo teria sido derrotado – a proposta obteve 51 votos favoráveis, quando o mínimo necessário para mudança constitucional é de 49. Só o bloco de apoio ao governo (PT-PSB-PTB-PL) fechou questão a favor da proposta.

A base governista teve seis dissidências, sendo quatro do PMDB, uma do PTB (Duciomar Costa, do Pará) e uma do PT (Heloísa Helena, de Alagoas). Os peemedebistas são Sérgio Cabral (RJ), Mão Santa (PI), Papaléo Paes (AP) e Ney Suassuna (PB). Suassuna esclareceu que errou a digitação e seu voto saiu contra a reforma da Previdência, que ele apóia integralmente.

Alteração no sistema continua na emenda paralela

Mesmo com a aprovação do texto-base da reforma da Previdência, o assunto ainda não está encerrado no Congresso. O Senado continua a discussão da emenda paralela, onde estão dispositivos que o governo aceitou fazer, durante a tramitação na Casa. A base governista apresentou a nova emenda constitucional para evitar alterações do texto da reforma, o que obrigaria seu retorno ao exame dos deputados.

Assim, a reforma será promulgada pelas Mesas do Senado e da

Câmara, enquanto a emenda paralela, depois que obtiver a aprovação dos senadores, será enviada ao exame daquela Casa.

Principais pontos da emenda:

1) Volta da paridade aos atuais servidores, quando eles se aposentarem, desde que tenham completado 20 anos de serviço público, sendo dez anos na carreira e cinco no mesmo cargo. A reforma da Previdência tira a paridade ativos-inativos.

2) Permissão de alíquotas menores (ainda não definidas) de contri-

buição ao INSS para trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa.

3) Adoção de requisitos e critérios especiais para aposentadoria de portadores de deficiência. Lei complementar detalhará tudo.

4) Concessão de 60 dias para que os governadores enviem projetos às assembleias elevando seus salários, caso eles sejam baixos. O máximo será o salário de desembargador. Os prefeitos poderão fazer o mesmo.

5) Dobro dos valores dos limites de isenção para efeito de cobrança

da alíquota de Previdência de 11% de aposentados e pensionistas, desde que eles tenham doenças incapacitantes.

6) Controle social da Previdência, com representantes do Ministério Público, Legislativo e Judiciário na sua gestão.

7) Transição a quem começou a trabalhar cedo. Quem completa 30/35 anos de serviço (mulher/homem), sendo 25 no setor público, terá reduzido um ano na idade 55/60 anos (mulher/homem) por ano excedente trabalhado.

Teto salarial terá aplicação imediata no serviço público

Considerado um dos pontos de maior repercussão política, por seu caráter moralizante, o teto salarial da União e os sub-tetos dos estados e municípios terão aplicação imediata. Apesar disso, a União e os estados terão de realizar programas de cooperação, cruzando informações para evitar que um servidor de um estado ultrapasse o subteto por receber ao mesmo tempo, por exemplo, pensão de ex-mulher que trabalhou para o governo federal.

De acordo com a reforma aprovada, nenhum servidor público poderá receber mais

que o salário de ministro do Supremo Tribunal Federal – hoje fixado em R\$ 17.343,71. O teto inclui tudo que um servidor ou aposentado recebe no final do mês.

Os estados terão três sub-tetos: no Executivo, vencimento do governador; no Legislativo, salário do deputado estadual; e no Judiciário, remuneração de desembargador. Este, por sua vez, terá o salário limitado a 90,25% do vencimento de ministro do STF. Nos municípios, nenhum funcionário poderá receber mais que o prefeito.

Sobe o limite de desconto para contratados pela CLT

Com a promulgação da reforma da Previdência, subirá em até R\$ 58,38 o desconto que os trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) fazem para o INSS. A reforma está aumentando o teto da Previdência dos atuais R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400, e quem tem salários nesse limite pagará a elevação da contribuição previdenciária de 11%.

Assim, o desconto máximo passará de R\$ 205,62 para R\$ 264,00. A arrecadação do instituto subirá de imediato, mas o trabalhador que desconta

pelo teto não terá sua futura aposentadoria elevada com rapidez. Cálculos do próprio governo revelam que só daqui a 24 anos as mulheres que contribuem sobre o teto do INSS receberão aposentadoria de R\$ 2.400. Para os homens, a previsão é de que isso ocorra em 28 anos.

O aumento do teto é a mudança mais importante da reforma da Previdência para os trabalhadores da iniciativa privada e empresas públicas que contratam pela CLT. Hoje, a aposentadoria máxima paga pelo INSS é de R\$ 1.869,34.

REFORMAS Proposta aprovada ontem é a terceira grande mudança na Previdência, nos últimos cinco anos. O quadro abaixo mostra os aspectos da nova regra, que poderá ser alterada com a aprovação da emenda paralela

Veja como ficam as aposentadorias dos servidores públicos

Atuais servidores

Somente terá aposentadoria pelo último salário (integralidade) quem tenha atingido as seguintes condições cumulativas:

- A) 60 anos de idade (homem) e 55 anos (mulher);
- B) 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos (mulher);
- C) 20 anos de efetivo exercício no serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo.

Quem chegou ao serviço público até 15/12/98 e quiser se aposentar antes de completar as idades de 60 e 55 anos (homem/mulher) deve ter cinco anos de serviço público, cumprir adicional de 20% sobre o tempo que, em 15/12/98, faltava para completar a contribuição de 35/30 anos (homem/mulher) e pagar um redutor de 3,5% para cada ano de idade antecipado, se pedir o benefício até 31 de dezembro de 2005, ou de 5% por ano, a partir dessa data. A antecipação máxima é de sete anos. No entanto, o valor que servirá de base para a aposentadoria levará em consideração as contribuições previdenciárias efetivamente feitas, inclusive ao INSS (se trabalhou antes na iniciativa privada). Lei ordinária definirá como serão atualizadas essas contribuições. Nesse caso, o aposentado perde a paridade ativo-inativo.

Quem já tem direito a aposentadoria proporcional ou integral poderá se aposentar com base na atual Emenda Constitucional nº 20/98. Ela fixa idades mínimas de 53 anos (homem) e 48 anos (mulher), cinco anos de serviço público, com exigência de tempo de contribuição de 35/30 anos (homem/mulher), mais adicionais de 40% (no caso de aposentadoria proporcional) ou de 20% (integral) sobre o tempo que faltava para ter direito à aposentadoria em 15 de dezembro de 1998. Se quiser

continuar trabalhando, no dia em que for se aposentar poderá optar pelo valor a que teria direito na véspera da promulgação da atual reforma ou pela nova legislação. Se optar pelas condições da Emenda nº 20/1998, terá direitos adquiridos, inclusive sobre a paridade.

Futuros servidores

Quem entrar para o serviço público depois da reforma terá aposentadoria paga pelo Estado limitada a R\$ 2.400. Se quiser aumentar a renda na velhice, terá de contribuir para um fundo de previdência complementar dos servidores. No cálculo de sua aposentadoria entram as contribuições feitas ao INSS, se tiver trabalhado em empresas privadas. Lei definirá a atualização dessas contribuições. Não terá direito à paridade ativo-inativo, mas uma lei estabelecerá como serão os reajustes, para evitar perda de poder aquisitivo.

Contribuição de inativos

Será cobrada contribuição previdenciária de 11% de todos os aposentados e pensionistas, mas incidindo apenas sobre parcela que exceder a R\$ 1.200 (aposentado e pensionista municipal e estadual) e R\$ 1.440 (federal). Cobrança será feita 90 dias após a promulgação da reforma.

Corte de pensões

As novas pensões serão integrais até R\$ 2.400, acrescidas de 70% do valor que superar esse limite. Lei ordinária definirá como as novas pensões serão corrigidas.

Abono de permanência

Todo servidor que atingir condições de pedir aposentadoria terá um abono de permanência

equivalente aos 11% da contribuição previdenciária. Hoje, o abono só é dado a quem soma condições para aposentadoria integral. Com a reforma, o abono será dado também a quem atingir, até a data da promulgação da emenda, condições para pedir aposentadoria proporcional (com base na Emenda nº 20/98). A aposentadoria proporcional só existirá até a véspera da promulgação da atual reforma. Depois, existirá o redutor para antecipações.

Teto para todos

Depois da promulgação desta reforma, ninguém poderá receber no serviço público mais que ministro do Supremo Tribunal Federal (atualmente, R\$ 17.343). Mas haverá três subtetos nos estados e um em cada município. O teto dos servidores do Executivo estadual será o salário do governador; nos municípios, o do prefeito; no Legislativo estadual, o limite será o salário do deputado estadual; no Judiciário estadual, o subteto equivalerá a 90,25% do salário de ministro do STF. O teto e os subtetos valem para os militares das Forças Armadas, das polícias militares e dos corpos de bombeiros. O teto é a soma de tudo que o servidor ou aposentado recebe.

Segurados do INSS

O limite do salário de contribuição passará de R\$ 1.869 para R\$ 2.400. Com isso, a aposentadoria máxima do INSS passará a esse valor. No entanto, como o valor da aposentadoria no INSS é a média das contribuições feitas desde julho de 1994, na prática serão necessários alguns anos para que uma pessoa chegue ao novo limite do INSS.

Previdência muda três vezes em cinco anos

A reforma da Previdência aprovada ontem pelo Senado é a terceira que o Brasil faz em apenas cinco anos. Em 1998, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 20, que foi a primeira grande mudança no sistema de aposentadorias do serviço público desde a Constituição de 1988.

Um ano depois, foi a vez da reforma das aposentadorias do INSS, quando foi introduzido o fator previdenciário, que reduz o valor das aposentadorias para pessoas mais jovens e aumenta o valor para quem trabalha por mais tempo.

As mudanças buscaram reduzir os gastos com aposentadorias, que aumentaram devido a três fatores: elevação da expectativa de vida, redução na taxa de nascimentos e queda do número de trabalhadores com carteira assinada.

A Constituição de 1988 também eliminou o limite de idade para ingresso, por concurso, no serviço público e permitiu considerar, para fins de aposentadoria, o tempo de serviço da iniciativa privada. Assim, al-

gumas pessoas entravam para o serviço público e em poucos anos podiam se aposentar, o que elevou rapidamente os gastos dos governos com inativos.

Em quase todos os países europeus essas reformas já foram ou estão sendo realizadas. Entre as décadas de 60 e 90, os sistemas previam aposentadorias com idades médias próximas de 55 anos. Agora, com os avanços na área de saúde, as pessoas estão vivendo mais, o que tem exigido as mudanças, para evitar uma quebradeira geral na Previdência.

Além das reformas constitucionais desde 1998, o governo brasileiro tem se utilizado até de medidas provisórias para limitar os gastos previdenciários ou eliminar situações consideradas inaceitáveis nos dias atuais. Foi assim, por exemplo, que há menos de três anos o governo proibiu, por medida provisória, que as filhas solteiras de novos militares tenham direito a receber pensão, mesmo com idade acima de 18 anos.

A primeira reforma do governo Fernando Henrique Cardo-

so estipulou idade mínima para alguém se aposentar no serviço público – 48 anos para mulher e 53 para homens. Estabeleceu ainda que só poderia se aposentar quem cumprisse pelo menos dez anos de serviço público. Agora, a nova reforma eleva esse tempo para 20 anos, mantendo as idades

mínimas. No entanto, elimina a paridade (reajustes idênticos para ativos e inativos), o que era considerado pelos sindicatos do funcionalismo a maior conquista que tiveram na Constituição de 1988.

Após negociações, o governo concordou em restabelecer a paridade, mas isso será concre-

tizado na emenda paralela da Previdência, que deve ser votada ainda este ano pelo Senado. Depois, os deputados ainda examinarão a proposta, o que só ocorrerá no próximo ano. O governo garantiu, por meio de seus líderes no Senado, que orientará sua base na Câmara a aprovar a emenda paralela.

▼ Situações diferentes no serviço público

A reforma da Previdência cria uma situação inusitada. Num mesmo órgão público, poderão trabalhar lado a lado servidores em quatro situações diferentes, e cada um com expectativa de aposentadoria completamente distintas. Só daqui a cerca de 30 anos todos os servidores terão o mesmo tipo de aposentadoria.

O que está há mais tempo no serviço público e tenha completado 35/30 anos de serviço (homem/mulher) já tem direito adquirido sobre aposentadoria com paridade – reajustes na inatividade iguais aos dos ativos. Este continua no serviço público porque

geralmente tem gratificação de chefa ou recebe horas extras e sua aposentadoria representará redução de vencimentos.

Aquele que chegou ao serviço público há poucos anos terá de completar 35/30 anos de serviço, 60/55 anos de idade e 20 de serviço público para ter direito à aposentadoria. No entanto, não terá direito à paridade no dia em que se aposentar. Ele poderá, no entanto, adiar sua inatividade ao máximo, mas lembrando que aos 70 anos todos são aposentados compulsoriamente.

O terceiro servidor é o que chegará ao serviço público depois de promulgada a atual reforma previ-

denciária. Sua aposentadoria máxima será igual ao teto do INSS (R\$ 2.400), mas terá a chance de contribuir para o fundo de previdência complementar dos servidores, o que lhe garantirá uma renda melhor.

Finalmente, o quarto tipo de servidor público é aquele contratado pela CLT, como permite a legislação. Ele não terá direito ao fundo de aposentadoria complementar e, se quiser receber mais de R\$ 2.400 na inatividade, terá de recorrer a fundo de pensão privado. Todos que trabalham de forma terceirizada no serviço público são contratados pela CLT.

REFORMAS

Senado define o calendário para a tramitação da emenda paralela da Previdência, que deve ser votada no dia 18 deste mês. Proposta é criticada por senadores em Plenário

JOSÉ JORGE



Pediu para que o Plenário rejeitasse a proposta em votação (PEC nº 67) e aprovasse apenas a chamada emenda paralela

RAMEZ TEBET



Disse que está entre os que acreditam que a emenda paralela será votada e aprovada com rapidez na Câmara

ARTHUR VIRGÍLIO



Recomendou que a bancada do seu partido votasse contra a reforma, lembrando que ela estava cheia de iniquidades

JOSÉ AGRIPINO



Afirmou que, se o governo federal tivesse optado pelo diálogo, teria evitado fazer mal aos aposentados

ANTERO PAES



Acredita que o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubará a taxa de inativos prevista na PEC nº 67

PAULO PAIM



Opinou que a reforma da Previdência só estará concluída com a aprovação das duas PECs (a nº 67 e a paralela)

ALVARO DIAS



Afirmou que a reforma da Previdência contraria os interesses do país, pois compromete o serviço público

PEDRO SIMON



Elogiou o esforço dos senadores por um entendimento em torno da reforma e disse que negociar é o melhor caminho

SÉRGIO ZAMBIASI



Disse que aprovação da PEC 67 é prova de confiança no presidente Luiz Inácio Lula da Silva e nos líderes partidários

HÉLIO COSTA



Reconheceu que a reforma trará sacrifícios para a população, mas garantiu que, no final, o resultado será positivo

EFRAIM MORAIS



Reafirmou seu compromisso de votar contra a previdenciária, por entender que muitas categorias serão prejudicadas

Artigos precisam de regulamentação

Muitos dos dispositivos da reforma da Previdência, aprovada ontem pelo Plenário do Senado, ainda precisam de regulamentação para produzirem efeito prático na vida das pessoas. É o caso, por exemplo, dos fundos complementares de previdência dos futuros servidores públicos. O texto aprovado também traz dispositivos auto-aplicáveis, que não precisam de regulamentação por lei para surtirem efeito. Veja quais são eles em cada caso:

O que precisa ser regulamentado

- ➔ Fórmula de cálculo do benefício pela média das contribuições feitas ao sistema no período de trabalho
- ➔ Fundos complementares de previdência
- ➔ Unificação das alíquotas de contribuição de 11% para os servidores ativos da União, estados e municípios
- ➔ Definição dos critérios de paridade dos salários entre servidores ativos e inativos
- ➔ Projetos para inclusão dos não contribuintes ao sistema previdenciário
- ➔ Definição da fórmula de reajuste dos be-

nefícios para servidores que não tiverem direitos à paridade

- ➔ Situação dos policiais militares e bombeiros, que dependem de leis estaduais

O que não precisa

- ➔ Contribuição de inativos (deve-se respeitar, no entanto, o prazo de 90 dias para que entre em vigor)
- ➔ Concessão das pensões (30% de redução sobre a parcela que exceder a R\$ 2.400)
- ➔ Abono equivalente à contribuição de 11% para servidores que puderem se aposentar dentro da regra de transição, mas optarem por continuar trabalhando
- ➔ Teto e subteto (até que o Supremo Tribunal Federal encaminhe ao Congresso projeto de lei definindo a questão)
- ➔ Redutor de 3,5% a 5% (sobre o salário) por ano de antecipação da aposentadoria em relação à idade de referência (60 anos para homem e 55 para mulher)
- ➔ Regras para os atuais servidores terem direito ao salário integral na aposentadoria

Fonte: Ministério da Previdência

Plenário aprova calendário para PEC 77

O Plenário aprovou sugestão de calendário encaminhada por diversos líderes partidários para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, a PEC paralela, que altera alguns pontos da reforma da Previdência aprovada ontem. Hoje e amanhã ocorrerão, respectivamente, o terceiro e o quarto dias de discussão, em primeiro turno, daquela PEC. No dia 15 de dezembro, segunda-feira, serão realizados o quinto dia de discussão da PEC 77 e a sua votação, em primeiro turno. Entre os dias 16 e 18, transcorrerão os três dias de discussão da matéria em segundo turno, sendo que, no último dia,

numa quinta-feira, será realizada a votação final da proposta. O calendário foi sugerido pelos líderes Tião Viana (Bloco PT/PSB/PTB/PL), Renan Calheiros (PMDB), Aloizio Mercadante (governo), Efraim Morais (Minoria), Fernando Bezerra (PTB) e Magno Malta (PL). Jefferson Péres (AM), líder do PDT, informou que não assinou o documento e que seu partido continua inflexível na defesa do cumprimento dos prazos que o regimento da Casa estabelece. Ele registrou que nem sequer a unanimidade dos líderes e senadores teria poder para descumprir o que

determina o Regimento Interno do Senado Federal. Já o líder do PFL, José Agripino (RN), que também não subscreveu o calendário, lembrou que na próxima semana deverá chegar ao Senado a Medida Provisória nº 135, que trata da cumulatividade da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e que ela poderá criar problemas para a tramitação da PEC 77. Agripino lamentou que até o momento ainda não tenha havido negociação para a busca de um entendimento sobre a matéria e disse que, com o texto atual, o PFL é contra sua aprovação.

DEMOSTENES TORRES



Classificou como "vergonhosa" a PEC paralela. Também considerou "um vexame" a tramitação da matéria no Senado

HELOÍSA HELENA



Lembrou que a realização da reforma foi uma das exigências do acordo firmado pelo governo brasileiro e o FMI

JEFFERSON PÉRES



Para ele, a PEC 67 é um "estelionato". Também questionou se a emenda paralela será mesmo votada na Câmara

MÃO SANTA



Último orador a discursar antes da votação, disse que votava contra a reforma da Previdência em nome da justiça

ROMEY TUMA



Manifestou sua confiança em que a PEC paralela será aprovada. Explicou que sua opinião é baseada no acordo feito no Senado

ANA JÚLIA CAREPA



Disse que a paralela representa avanço em relação a pessoas com deficiência, ao prever aposentadoria diferenciada



Waldemar Rodrigues

AUTOR A matéria, apresentada por Antonio Carlos Magalhães, será apreciada em Plenário

Orçamento impositivo passa na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em reunião extraordinária, a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 22/00) que estabelece o orçamento impositivo, dando assim caráter obrigatório à execução da Lei Orçamentária Anual votada pelo Congresso. A PEC será agora submetida ao Plenário do Senado.

O relator, senador César Borges (PFL-BA), apresentou parecer favorável à matéria, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), considerando prejudicadas outras três PECs sobre o assunto, apresentadas pelo então senador Iris Rezende, de nº 77/99, Pedro Simon (PMDB-RS), de nº 28/00, e Paulo Paim (PT-RS), de nº 24/03.

Em seu parecer, César Borges enumerou as alterações sugeridas pela proposta. Entre elas, a que determina que a não-execução do orçamento implicará em crime de responsabilidade do presidente da República. O texto possibilita, entretanto, que o presidente solicite ao Congresso Nacional autorização para não executar determinada programação orçamentária.

Além disso, a PEC obriga o detalhamento da programação dos gastos do Orçamento, no mínimo, por unidade da Federação, para reduzir as desigualdades regionais.

Regiões carentes terão maior fatia dos recursos do BNDES

Substitutivo acolhido em Plenário destina 35% dos recursos do BNDES ao NO, NE, CO e ao norte de Minas

O Plenário aprovou ontem substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao projeto (PLS 9/99) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que destina às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e aos municípios mineiros da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – 35% dos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por suas empresas controladas, a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e o BNDES Participações S.A. (BNDESPar).

Um erro da Mesa fez com que



Roosevelt Pinheiro

CORREÇÃO Autor do projeto, Jefferson Péres (C) reapresentou artigo determinando que também BNDESPar invista nas regiões pobres

o projeto fosse declarado aprovado sem que tivesse sido submetido a turno suplementar. A matéria acabou por voltar à pauta no meio da discussão sobre a reforma da Previdência.

Na primeira votação, Aloizio

Mercadante (PT-SP) apresentou destaque para votação em separado do artigo 8º, que obriga o BNDESPar a aplicar 35% dos recursos em participação de empresas da região. Com a ausência do autor e do relator

Retorno do projeto ao Plenário tem debate acalorado

Na segunda votação do projeto sobre destinação de recursos do BNDES, durante exame da reforma da Previdência, Heloísa Helena (PT-AL) explicou que o Plenário presenciou um “fato único”, quando uma matéria voltou à votação no meio da discussão de outra matéria.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), usou um regionalismo para explicar a situação: “nós escapamos fedendo”.

Tião Viana afirmou que o Senado estava diante de um grito de líderes regionais e deixou a bancada do bloco liberada para a votação. Leonel Pavan (PSDB-SC) disse ter pedido a palavra para que os telespectadores do Sul do país não pensassem que ninguém defende a região. Ele pediu que os 65% dos recursos restantes sejam aplicados no Sul e no Sudeste.



José Luiz

RELATOR Jereissati elaborou parecer favorável à proposta sobre verbas do BNDES

Líder do PSDB, o senador Arthur Virgílio (AM) disse que as regiões mais ricas não completarão sua felicidade social sem a diminuição das diferenças em relação às mais pobres.

Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que o Brasil precisa de uma política industrial que, entre outras coisas, proteja as re-

giões mais pobres. O líder do PTB, senador Fernando Bezerra (RN), disse que o BNDESPar “não cometerá a irresponsabilidade de aplicar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em empresas que não sejam viáveis”.

Votação na CAE

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que, na votação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), coube a ele, na condição de presidente, o voto de desempate pela sua aprovação. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que o atual governo reviu a decisão, tomada pelo governo anterior, de se destruir definitivamente a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Lúcia Vânia (PSDB-GO) cumprimentou o presidente José

Sarney “pela sabedoria e experiência” com que conduziu a votação da matéria. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) parabenizou o autor e o relator da matéria pela inclusão, entre os beneficiados pela proposta, dos municípios mineiros da área de atuação da Sudene. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse ser preciso também lembrar do Pontal do Triângulo Mineiro, que “é tão centro-oeste como o Mato Grosso ou Goiás”.

Efraim Morais (PFL-PB) pediu que o governo se redima da tentativa de retirar o artigo 8º do projeto não vetando esse item. Romeu Tuma (PFL-SP) mencionou inscrição do Brasão de São Paulo: “Pelo Brasil se façam grandes coisas”. Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que as regiões mais pobres do país precisam se desenvolver.

Aprovada regulamentação de crédito cooperativo

Substitutivo do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) ao projeto de lei (PLS nº 293/99) do senador Gerson Camata (sem partido-ES) que disciplina o sistema nacional de crédito cooperativo, foi aprovado ontem pelo Plenário. O sistema será composto por cooperativas singulares e centrais de crédito, confederações de cooperativas de crédito e bancos co-

operativos. Por ser um substitutivo, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação do texto aprovado.

As cooperativas singulares de crédito estimularão a formação de poupança e poderão oferecer assistência financeira aos associados. As cooperativas de crédito terão acesso aos instrumentos do mercado financeiro utilizados pelos

bancos comerciais. As cooperativas centrais de crédito supervisionarão o funcionamento de suas filiadas. Às confederações de cooperativas de crédito caberá a coordenação do trabalho das cooperativas centrais.

Durante o encaminhamento da votação da matéria, o senador Osmar Dias (PDT-PR) informou que houve amplo entendimento em torno do assunto no Senado.



IDÉIA Gerson Camata é autor da proposta original, apresentada em 1999



Fotos: Celso Azeredo

PROJETO Mesquita Júnior relatou a proposição e ofereceu substitutivo

Reajuste do mínimo pode ser maior

As despesas previdenciárias estão sendo reavaliadas pelos técnicos da Comissão Mista de Orçamento para possibilitar que o governo defina um reajuste do salário mínimo superior ao piso constitucional previsto na proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo, de R\$ 259.

— O presidente Lula poderá oferecer um aumento significativo em abril quando fixar o salário mínimo. Nós estamos reavaliando os gastos previdenciários para deixar margem para um aumento maior — afirmou ontem o relator-geral do Orçamento de 2004, deputado Jorge Bittar (PT-RJ).

O vice-presidente da comissão, deputado Pauderney Ave-lino (PFL-AM), que apresentou voto em separado ao relatório do Comitê de Receita, informou que há uma superestimativa de R\$ 4 bilhões nas despesas previdenciárias, que funcionarão como a margem para o governo definir o novo salário mínimo. O PFL, segundo ele, já está defendendo um mínimo de R\$ 270.

Relator do Orçamento reage a críticas

A crítica feita habitualmente pelos técnicos do governo, de que o Legislativo infla o Orçamento quando realiza anualmente a reestimativa de receita, não procede, segundo o relator-geral do Orçamento, deputado Jorge Bittar (PT-RJ). Ele divulgou ontem a margem de erro nos cálculos feitos pelas consultorias técnicas das duas Casas que assessoram a Comissão Mista de Orçamentos (CMO).

Durante a apresentação do relatório do Comitê de Receita aos integrantes da comissão, o deputado mostrou que as estimativas feitas pelos consultores do Legislativo ficaram muito próximas do que foi realizado pelo Executivo. E mais: que o Congresso tem sido conservador ao fazer sua reestimativa. Pelos dados divulgados por Bittar, essa margem oscilou entre 1% e 6% para menos nos últimos cinco anos.

Correção da tabela do IR fica de fora das mudanças

■ CCJ rejeitou ontem emenda do senador Rodolpho Tourinho apresentada à reforma tributária

A correção anual da tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF) ficou de fora do texto da proposta de reforma tributária aprovado ontem em primeiro turno pelo Senado (*ver matéria na página 3*). A emenda do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tourinho alertou que a manutenção da tabela, por omissão legislativa, representa um aumento de carga tributária disfarçado. Isso, analisou, implica "inequívoca perda do poder aquisitivo do contribuinte". Ele informou que, em 1996, quem ganhava até nove salários mínimos estava isento do IR, mas, neste ano, a pessoa que recebe 4,4 salários mínimos já é tributada.

O líder do PFL, senador José



Waldemir Rodrigues

DISCUSSÃO Proposta de atualização das alíquotas foi amplamente debatida pelos senadores da Comissão de Constituição e Justiça

Agripino (RN), acompanhado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), cobrou coerência do PT, que, no passado, defendeu a correção da tabela. "Sem a correção, de forma injusta, todo ano pessoas que não deveriam contribuir entram na faixa de contribuição e recebem a mordida do Leão. É preciso fazer justiça ao contribuinte", declarou Agripino.

Já Arthur Virgílio disse que "era de se supor que o PT iria propor a correção, mas agora que chegou ao poder alega a crise iniciada no governo anterior para não mexer na tabela".

Repases

Em resposta, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou que a administração anterior ficou sete anos sem reajustar a tabela. Segundo ele, a tabela somente foi alterada no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, porque a arrecadação do IR aumentou graças ao pagamento de dívidas pelos fundos de pensão, permitindo que não houvesse impacto nos repases dos Fundos de Participação dos Estados e de Participação dos Municípios (compostos por parcelas do IR).

Paim quer salário correspondente a US\$ 100

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou sua satisfação com a aprovação, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de projeto de sua autoria que assegura a fixação de um salário mínimo em torno de US\$ 100. Pelos seus cálculos, ao ser corrigido pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), mais o fator de incremento previsto no projeto, o salário mínimo será de R\$ 308 em maio de 2004.

A proposta será submetida

ainda à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para votação terminativa. Se também for aprovada pela CAE, deverá ir diretamente ao exame da Câmara, desde que não haja recurso para votação em Plenário. De acordo com o senador, a medida beneficiará milhões de trabalhadores.

Durante o exame da matéria na CAS, Leonel Pavan (PSDB-SC) disse não acreditar que o projeto logre êxito, uma vez que o governo já acena em conce-

der reajuste para o salário mínimo, no próximo ano, de apenas R\$ 19,00.

Efraim Moraes (PFL-PB) defendeu um aumento real para o salário mínimo e observou que o projeto de Paim abre caminho para a recuperação do mínimo. Mão Santa (PMDB-PI), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AP) e Eurípedes Camargo (PT-DF) apoiaram a proposta, por entender que ela proporciona a concessão de um salário mínimo "mais justo".

Parturiente do SUS poderá ter acompanhante

As parturientes que derem à luz em hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ter direito a um acompanhante durante o parto e no momento imediato. Projeto nesse sentido, da senadora



José Cruz

Patricia foi relatora do projeto que beneficia parturiente

Ideli Salvatti (PT-SC), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Também foi aprovado parecer do senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG) favorável ao Projeto de Lei nº 348/03, de autoria da senadora

Serys Shessarenko (PT-MT), que permite ao contribuinte deduzir do Imposto de Renda doações feitas ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

A CAS acolheu requerimento de Fátima Cleide (PT-RO) propondo audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 169/03, que trata da atual política nacional de alimentação e nutrição.

Pavan pede atualização em tributo

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu ontem a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Ele afirmou que a decisão do governo de não corrigir a tabela "atinge em cheio o grosso dos trabalhadores". Pavan lembrou que, com a correção, os assalariados que ganham entre R\$ 1.200 e R\$ 1.500 ficariam isentos.

Além disso, ele apontou para estudo feito pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), segundo o qual a tabela está defasada em 51,35%.

Eduardo lista nomes para o "Crueldade"

Diante das notícias do adiamento, para o próximo ano, de parte do sétimo lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) indicou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e toda a equipe da Receita Federal para o "Prêmio Ricardo Berzoini de Crueldade", criado pelo PFL.

— Em menos de cinco horas, a Receita mudou tudo e divulgou informações desencontradas — disse Eduardo, lembrando que muitas pessoas contavam com essa restituição.

Borges destaca acórdão sobre Controladoria

Em pronunciamento feito ontem, o senador César Borges (PFL-BA) levou ao conhecimento do Plenário acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que, segundo ele, "confirma o receio de que a Controladoria Geral da União estivesse sendo utilizada para fins políticos".

O TCU deu prazo de 60 dias para que a Controladoria cumpra a legislação e encaminhe ao tribunal, "de forma tempestiva e completa", os relatórios sobre a fiscalização que vem sendo efetuada nos municípios brasileiros, informou o representante baiano.

Até a meia-noite de ontem, a sessão do Senado Federal havia sido presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Papaléo Paes